



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

VINÍCIUS CARVALHO DE SANTANA SANTOS

INSANAMENTE NORMAL:
HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Salvador

2021

VINÍCIUS CARVALHO DE SANTANA SANTOS

INSANAMENTE NORMAL
HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Memorial do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação com habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivanise Hilbig de Andrade

Salvador

2021

VINÍCIUS CARVALHO DE SANTANA SANTOS
INSANAMENTE NORMAL
HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom-UFBA) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação – Jornalismo

Salvador, 28 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Ivanise Hilbig de Andrade _____

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Lívia de Souza Vieira _____

Doutora e mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Alexandro Mota da Silva _____

Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

O curso de Comunicação com habilitação em Jornalismo foi parte de uma longa viagem ao autoconhecimento. A escolha, feita com enorme convicção ainda no meio da adolescência, oscilou nos anos seguintes entre extremos opostos: ora amei as possibilidades que me tornar jornalista iriam me trazer, ora detestei, por motivos circunstancialmente diferentes, a ideia de ser um profissional da área.

Este Trabalho de Conclusão de Curso consolida um momento de mais maturidade, que me permitiu enxergar, com mais transparência, quais caminhos devo trilhar. Que “jornalismo” eu quero fazer. Chegar até aqui, evidentemente, foi resultado de contribuições de inúmeras pessoas que cruzaram o meu caminho ao longo dessa jornada.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus. Por ter criado inúmeras possibilidades de absorção de conhecimento, de contato com o mundo, de dar beleza à vida. Agradeço, ainda, especialmente, à minha esposa, à minha mãe e irmã, às minhas avós e a Deni. Mulheres que me ajudaram a ser quem sou.

Sou grato a todos os entrevistados, que dividiram as suas histórias e enxergaram que, ainda que em pequena escala, esse trabalho poderia contribuir com a luta contra o preconceito e o estigma em relação aos transtornos mentais.

Por último, agradeço à Professora Dra. Ivanise Andrade, pela orientação leve e bem humorada, mas direta e eficiente, pela paciência e por me ajudar a transformar as dificuldades em soluções criativas. Muito obrigado!!

“Tudo que é imaginado existe, é e tem”

Estamira Gomes, portadora de transtornos mentais, no documentário “Estamira” de Marcos Prado.

RESUMO

Este trabalho apresenta a memória da reportagem “Insanamente normal: histórias de vida de pessoas com transtornos mentais” publicada no site www.transtornar.com.br e, por isso, expõe o processo de realização da mesma bem como a pesquisa que a precedeu. Ao longo dos séculos, um estigma foi atribuído aos portadores de transtornos mentais e se entranhou no imaginário coletivo alcançando os nossos dias, gerando dificuldades para os portadores. A pesquisa aqui demonstrada se propõe a embasar de maneira teórico-metodológica uma grande reportagem veiculada no site já mencionado que conta histórias de vida de pessoas com transtornos mentais. A intenção é dar visibilidade às possibilidades que eles têm de, mesmo em sofrimento psíquico, seguirem como indivíduos ativos e socialmente funcionais, como maneira de contrapor o estigma. Ao longo da pesquisa, analisa-se a contribuição dos meios de comunicação de massa e do jornalismo na construção social da realidade, bem como as possibilidades da grande reportagem (longform) em meio digital.

Palavras-chave: *Jornalismo Online; Reportagem Longform; Transtornos mentais; Estigma*

SUMÁRIO

PARTE 1

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. TRANSTORNOS MENTAIS: O SURGIMENTO E A CRISTALIZAÇÃO DO ESTIGMA.....	11
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA E O TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO NO BRASIL.....	13
2.2 A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E ESTIGMATIZAÇÃO.....	17
3. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE.....	21
3.1 O CAMPO JORNALÍSTICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE.....	24
3.2 A NARRATIVA JORNALÍSTICA NA GRANDE REPORTAGEM (LONGFORM).....	29

PARTE 2

4. GRANDE REPORTAGEM SOBRE TRANSTORNOS MENTAIS: PROCESSO DE PRODUÇÃO.....	36
4.1 A PRODUÇÃO DA REPORTAGEM.....	37
4.2 A PRODUÇÃO DO SITE.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1. Introdução

Erving Goffman (1988), em uma análise que se tornou notória na antropologia social, explica que, na antiga Grécia, era comum que se marcasse a pele de alguém, com queimaduras ou cortes, de forma a fazer uma marca visível que servia de evidência de algo geralmente mau a respeito do histórico moral daquele que a portava. Tal sinal funcionava como um aviso de que a pessoa marcada deveria ser evitada por ser um traidor, um escravo, um criminoso, ou qualquer outra coisa moralmente inaceitável. Era aquilo que os gregos batizaram de estigma. Ainda segundo Goffman (1988), a palavra, porém, com o tempo, foi assumindo novos sentidos. Na atualidade, tem sido usada mais para definir o atributo social do que a evidência corporal. É comum, por exemplo, chamar de estigma “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p. 13) que, por fatores sociais e históricos, é considerada uma fraqueza, um defeito, uma desvantagem, ou algo do qual todos devem se afastar, principalmente porque ela diferencia depreciativamente o seu portador¹ dos demais do grupo.

Na modernidade, boa parte das formas de comunicação são mediadas. É cada vez maior o uso dos meios de comunicação como parte da relação cotidiana que as pessoas estabelecem com o mundo à sua volta. Esse formato majoritariamente mediado faz com que os meios de comunicação sejam responsáveis por boa parte das representações na sociedade. Para João Freire Filho (2005), os noticiários, entrevistas, artigos, editoriais, depoimentos, reportagens, filmes, séries, vídeos e outros produtos midiáticos, textual ou visualmente, fornecem a ideia do que é conveniente em termos de personalidade, postura, conduta moral e cívica e etc. Por meio deles, são disseminados modelos através dos quais são construídos significados para atributos individuais e coletivos. Nesse sentido, os meios de comunicação acabam por ser, também, maneiras pelas quais os estigmas se solidificam na subjetividade coletiva.

Nesse sentido, o jornalismo assume papel de grande relevância. No processo de construção da realidade, as notícias veiculadas através dos *media* permitem que o indivíduo moderno perceba o mundo à sua volta, bem como entenda o seu papel e importância nele. Fundamentada na premissa de ser responsável por transmitir a verdade dos fatos sociais e ratificando esse discurso por meio de um acordo tácito com o receptor, a atividade jornalística assume, na modernidade, o papel de garantia da representatividade dos indivíduos, das suas

¹ Usamos a expressão “portador” para nos referir à pessoa que tem transtornos mentais seguindo a linha de profissionais e organizações ligadas à saúde mental como a ABRE (Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Esquizofrenia) e a ABRATA (Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos).

falas, dos seus pensamentos (SODRÉ, 2009). As notícias, fortemente influenciadas pelas limitações impostas por seus processos produtivos, incluindo-se neles, a própria influência do jornalista e de sua visão de mundo e os valores mercadológicos que, desde o século XIX, transformaram a produção noticiosa em uma atividade lucrativa de grandes corporações, acabam por reverberar os discursos dominantes (SILVEIRA, MARÔPO, 2014). É dessa maneira que a produção jornalística permite que estigmas acabem se materializando e sendo reproduzidos no discurso midiático e no senso comum.

Para Peter Byrne (1997), os transtornos mentais são estigmatizados. Seja por meio das relações interpessoais ou da mídia, há uma estigmatização que é um fator negativo na representação, detecção e tratamento dos sofrimentos psíquicos. Uma breve, porém cuidadosa, consulta às nossas memórias e vivências individuais confirmará a ideia e, provavelmente, trará exemplos de como os transtornos mentais tem vasto repertório depreciativo disseminado no senso comum, reforçado pelos meios de comunicação e evidenciado nos tratos (os nossos e os dos nossos pares) com os seus portadores. Talvez todos conheçamos exemplos de sofredores psíquicos que, abandonados, vivem à margem da sociedade em condições sub-humanas nas ruas, muitas vezes alvos de hostilidades ou pilhérias. Talvez já tenhamos ouvido ou repetido a ideia de que os sintomas de alguém que sofre de Depressão são o que a expressão popular costuma chamar de “frescura”. Talvez, ainda, tenhamos nos divertido com o personagem da ficção que, tendo um transtorno mental, entreteve a audiência de um produto midiático por meio de uma caracterização cômica.

Ter um transtorno mental é aumentar, talvez de forma exponencial, as possibilidades de ser desqualificado, tratado com desconfiança, mal interpretado e excluído, pela família, amigos e pelo mercado de trabalho. O estigma é, ainda, um dos principais motivos da não procura de um tratamento adequado, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Tendo isso em mente e, reconhecendo que o Jornalismo é uma das maneiras por meio das quais as representações sociais são construídas e disseminadas, esse memorial reúne o percurso de pesquisa teórica-metodológica realizada para elaboração da grande reportagem *INSANAMENTE NORMAL – Histórias de vida de pessoas com transtornos mentais*, publicada no site www.transtornar.com.br. Partiu-se de algumas questões norteadoras já aqui brevemente discutidas: é possível, por meio da grande reportagem, mormente através da grande reportagem, contrapor o estigma historicamente atribuído aos transtornos mentais e contribuir com a disponibilização de conhecimento sobre o tema, em linguagem acessível e que desperte o interesse? E, ainda, na prática, qual a melhor maneira de jornalistas lidarem com o tema?

Este memorial está organizado em três capítulos. No primeiro, realiza-se uma contextualização do tema dos transtornos mentais, com uma breve exposição do histórico dos métodos de tratamento no mundo, em especial no Brasil, e do surgimento do estigma social do portador de sofrimento psíquico. No segundo, apresenta-se uma avaliação sobre a contribuição dos meios de comunicação e do jornalismo na construção social da realidade, bem como a viabilidade da reportagem longform no jornalismo online. Por fim, o terceiro expõe o relato do desenvolvimento da grande reportagem.

2. Transtornos mentais: o surgimento e a cristalização do estigma

Toda a realização humana, incluindo os seus grandes feitos científicos, a sua organização social em diferentes modelos e as suas estratégias de vida como um todo passa pelos processos mentais. A construção de uma identidade ou do conjunto de características que definem uma pessoa, seja do seu próprio ponto de vista ou de outros, ao longo da História, está bem atrelada à ideia de que a mente é uma espécie de lugar onde ocorre o que se torna a própria essência do indivíduo: suas percepções, pensamentos, emoções, aspirações e etc. Mesmo antes de se ter acumulado o conhecimento que hoje existe a respeito do cérebro e seus processos, já existia a noção de que, na mente, processamos as normativas de comportamento e linguagem e nos tornamos parte da experiência humana.

Ter a mente esse papel tão fundamental na experiência é um dos motivos para os transtornos mentais e os seus portadores receberem um estigma que, na linha do tempo, quase sempre, como explica Foucault (2010), resulta em exclusão social com variações em diferentes níveis e formas, de acordo com o repertório científico, cultural, religioso e econômico de cada lugar ou época. Ao longo dos anos, a figura do portador de um transtorno mental foi ganhando, no imaginário coletivo, um formato grotesco baseado, sobretudo, na falta de entendimento com relação ao funcionamento cerebral que foi dando forma ao senso comum.

Atualmente, são muitas as definições para os “transtornos mentais”. A maioria delas, porém, tem em comum a ideia explanada por Toledo e Sabroza (2011) de que são moléstias que afetam o pensamento, os sentimentos, as percepções e a maneira como o indivíduo portador interage com outras pessoas e com o mundo à sua volta. “Pessoa com sofrimento mental ou psíquico”, ou “portador de transtornos mentais” são termos que, amiúde, tem sido usados por psiquiatras, profissionais da saúde mental e Organizações não Governamentais como a ABRE² (Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Esquizofrenia) e a ABRATA³ (Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos) para referir-se aos que possuem uma das patologias cujos sintomas se encaixam na definição aqui brevemente descrita.

A principal razão para uma preocupação com os termos e os conceitos usados para o assunto é justamente o estigma antes mencionado. Os transtornos mentais carregam uma marca

² Site da Associação: <http://abrebrasil.org.br/>

³ Site da Associação: <https://www.abrata.org.br/>

que diferencia e desvaloriza os seus portadores acarretando atitudes preconceituosas (ROCHA; HARA; PAPROCKI, 2015, p. 592) muitas vezes expressadas por meio de termos já sedimentados no senso comum como “doença mental”. A discriminação é sem dúvida maior com os indivíduos que, por meio de alterações de comportamento, mostram sintomas visíveis dos transtornos.

Para Ferreira e Carvalho (2017), as conformações históricas que tiveram as representações sociais dos transtornos mentais estão diretamente ligadas à imagem hoje produzida pela sociedade do portador de sofrimento mental. Esses indivíduos que, ainda segundo as autoras, foram ao longo do tempo tratados como vítimas de ações sobrenaturais, possuídos por espíritos, anormais e outras adjetivações negativas, são, nos nossos dias classificados através de uma construção social apenas de acordo com peculiaridades que o tornam inferior. O estigma, portanto, não só traz à tona a diferença, mas sustenta-se na depreciação do indivíduo.

As peculiaridades, muitas vezes expressas nas alterações de comportamento do sofredor mental, e a consequente dificuldade de ajuste aos padrões sociais que permitem uma integração a grupos com objetivos comuns, como em atividades laborais, na família, na educação ou em outros campos, deram força às estratégias que propunham o afastamento dessas pessoas do resto do tecido social “são”. Nesse sentido, o que acontecia na Europa medieval é assim descrito por Michel Foucault:

Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos. [...] Eram frequentemente confiados a barqueiros: em Frankfurt, em 1399, encarregam-se marinheiros de livrar a cidade de um louco que passeava por ela nu [...]. (FOUCAULT, 2010, p. 9).

A exclusão desses indivíduos, inicialmente, como se vê acima, resumida à uma expulsão dos limites da cidade (ou uma tentativa de enviar para grandes distâncias aquilo que não se quer ou não se compreende) com o tempo, transforma-se no enclausuramento ou internação. Esta, embora ainda exista nos nossos dias, não teve, nas suas origens, uma relação tão direta com a prática médica. Ainda conforme explica Foucault (2010), o poder de decidir quem, quando e onde internar, passou por mãos diferentes no decorrer dos anos. No entanto, embora mudem-se os nomes e as formas, o método continuou sendo o afastamento. Tratava-se não a doença que o sofredor mental enfrentava. Ele mesmo era visto como doença que precisava ser eliminada a fim de garantir a normatividade social e econômica, tendo em vista que esses

indivíduos já eram enxergados como incapazes para o trabalho e a produtividade e, como tais, representavam um peso ou custo pelo qual a Sociedade não estava disposta a pagar.

É fato que doenças graves ou limitações físicas de qualquer tipo estão associadas historicamente a alguma espécie de exclusão ou privação. A inserção e posicionamento de uma pessoa em um sistema econômico e cultural esteve e ainda está, na maioria das vezes, atrelada à sua capacidade física e intelectual de desempenhar determinada atividade. O que diferencia os transtornos mentais das demais doenças, porém, é a histórica desqualificação total do indivíduo como uma parte útil das engrenagens sociais para qualquer atividade. Tal como Foucault explica, “...a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo”. (FOUCAULT, 2010, p. 78) Ao passo que outras limitações físicas permitiam alguma inserção social, os sofrimentos da mente, muitas vezes analisados sob um ponto de vista religioso, aguardaram a demora de séculos da ciência e da medicina, para o desenvolvimento de uma terapêutica que fosse além da exclusão social.

Até se organizarem sob as definições, agrupamentos e propostas de tratamento farmacológicos e psicoterapêuticos hoje conhecidos, as doenças psiquiátricas foram escrevendo no senso comum esse enredo de um drama que tem a Sociedade como cenário principal. A Sociedade, que muda com o tempo o conceito de normalidade para o comportamento dos seus indivíduos, foi ajustando de acordo com as circunstâncias econômicas e culturais a noção do que deveria ser excluído e tratado como loucura e a própria ciência também deu sua contribuição nesse sentido.

2.1. A contribuição da Ciência e o tratamento psiquiátrico no Brasil

Como parte das expressões da Cultura que são indicativos de crenças, expectativas, ações e normas convencionais dos grupos sociais ao longo da História (SANTOS, 2009, p. 530), a Ciência, procurando atender às demandas sociais, tem exercido, por meio da sua produção, influência direta no modo como as sociedades lidaram com os que sofrem de transtornos mentais, tal como ocorreu para outras patologias. Isso é evidenciado nas mudanças pelas quais passaram as estratégias de tratamento dessas doenças, que, ainda assim, por muito tempo invariavelmente, reforçavam o estigma já criado reiterando o afastamento do sofredor mental do resto da sociedade.

Por muito tempo a medicina não teve a forma tão bem definida que conhecemos hoje. Sem as facilidades que fazem do mundo uma aldeia global nos nossos dias, a produção de

conhecimento sobre as causas e os tratamentos das doenças psiquiátricas foi ocorrendo em locais diferentes, sob a condução de estudiosos influenciados por ideias e circunstâncias distintas. Aos poucos, o assunto que por longo período foi tratado exclusivamente na esfera social, política e religiosa, passou a ser tratado com mais interesse pela Ciência, em especial na Europa (SILVEIRA; BRAGA, 2005). Foi assim que o radicalismo da expulsão das cidades e das prisões e algemas foi sendo, ao longo dos anos, superado pelo surgimento dos asilos e outras instituições que viabilizavam a internação como proposta terapêutica aos transtornos mentais, assumida como parte da prática médica (FOUCAULT, 2010). Era a vez da medicina fomentar a separação.

Um dos marcos dessa apropriação científica da internação como intervenção especializada teve como personagem principal um médico parisiense que ganhou notoriedade por ter tomado a dianteira na libertação de pacientes psiquiátricos presos por algemas há anos em condições sub-humanas: Philippe Pinel. Em 1790, a França já tinha uma lei que previa a construção de hospitais destinados exclusivamente ao tratamento de doenças mentais, sem que, no entanto, houvesse sequer um deles construído. Usava-se, então, unicamente o Bicêtre – uma edificação centenária, na qual apenas os alienados se mantinham algemados e que, à época, reunia de maneira insalubre pessoas de todo tipo sob os mais variáveis critérios, tal como explica Foucault:

Bicêtre tinha sido construída como casa dos pobres; nela se encontravam então confusamente misturados, como antes da Revolução, indigentes, velhos, condenados e loucos. A toda essa população tradicional acrescenta-se aquela que foi ali colocada pela Revolução. Antes de mais nada, os prisioneiros políticos. (FOUCAULT, 2010, p. 463)

Assumindo a direção do Hospital, Pinel, sensibilizado com o tratamento recebido pelos doentes, então presos, decide libertá-los das correntes e algemas, permitindo que se misturassem aos demais internos de Bicêtre. Uma revisão de todos os internamentos relacionados à alienação mental foi, então, conduzida pelo médico, que já vinha ganhando notoriedade por estudar e escrever sobre as então chamadas “doenças do espírito”. O cenário estava pronto para a fomento da internação da loucura como meio de avaliação das suas exatas dimensões médicas.

O trabalho de Pinel influenciou iniciativas médicas em todo o mundo. O século XIX assistiu a uma profusão de proposições científicas em torno da causa, da natureza e dos possíveis tratamentos dados às doenças psiquiátricas. Surgiram as Escolas de Psiquiatria francesa e alemã. Os estudos de Jean-Martin Charcot e Sigmund Freud ampliaram as

possibilidades de tratamento sem, contudo, inverter ou romper em definitivo com a lógica já então estabelecida da internação. Tal como ocorreu em outros países, a produção científica do Brasil ao lidar com o tema, acompanhou o que a Europa difundiu como paradigma para a construção gradativa de uma taxonomia das doenças mentais e os seus respectivos métodos de intervenção médica. Isso, porém, só fica evidente quando em 1881 um médico generalista assume a direção do Hospício D. Pedro II, criado em 1852 e administrado, até então por religiosos da Santa Casa de Misericórdia (COSTA, 2007, p.40).

Em “História da Psiquiatria no Brasil”, Jurandir Freire Costa (2007) apresenta a criação do hospício como uma resposta estatal à pressão de médicos higienistas que vinham demandando, como medida de higiene pública, a criação de uma instituição que contivesse os alienados e os tratasse sob o rigor técnico das orientações até então conhecidas pela Medicina. Conforme já mencionado, depois de criado o hospício, ainda foram necessárias algumas décadas até que um médico, de fato, estivesse à frente daquele que passou a ser chamado, poucos anos depois, por volta de 1890, de Hospital Nacional dos Alienados. Era a iniciativa estatal brasileira, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos em torno do assunto na Europa, deixando sob a tutela das Ciências Médicas, influenciadas pelas ideias recém publicadas de Darwin e Pasteur, pessoas que, até então, recebiam como tratamento apenas o abandono completo ou o encarceramento insalubre.

A título de exemplo do que ocorreu no Brasil, podemos mencionar que, em sua obra de ficção, *O Alienista*, Machado de Assis (2009), que por meio da sua literatura se tornou um excelente observador e retratista do Brasil do final do século XIX apresenta ao leitor, através de uma sutil e irônica crítica social, um bom panorama do ideário então em voga extremamente influenciado pelo cientificismo naturalista tão disseminado na época. Embora ficcional, o livro expõe muito da realidade dos seus dias no que diz respeito aos tratamentos com o sofrimento mental, apontando a internação, segregação e o abandono, aqui já descritos também como modelo trazido desde a Europa medieval, como principais ferramentas de controle e cuidado para os então denominados alienados.

O mundo, no início do século XX, por sua vez, viu o conceito da eugenia nortear boa parte do pensamento científico da época e o Brasil seguiu essa tendência. O mesmo raciocínio que, anos mais tarde, se tornou na Europa um pano de fundo para um dos maiores genocídios da História, fundamentou boa parte da então recém desenvolvida psiquiatria brasileira. Segundo Jurandir Freire Costa:

Nos anos 30, o sujeito da Psiquiatria, o doente mental passado, presente e futuro, era o sujeito da *raça* ou das ideologias biologizantes e racistas. Os psiquiatras acreditavam que existia uma *natureza humana*, uma *essência do sujeito*, que podia ser entendida pela decifração das *leis de hereditariedade*, da noção de *degeneração* de quaisquer outros termos inventados e manipulados pelo vocabulário racista. (COSTA, 2007, p.32, grifo do autor)

Não é preciso dizer que, etnicamente ressignificados, os transtornos mentais juntaram ao seu estigma a carga negativa da repulsão racial que era à época, e ainda é hoje, motivo de segregação. Esse atrelamento de doença à raça manteve a psiquiatria presa aos modelos já criados e ainda empenhada em propor uma higienização social, inicialmente étnica, depois cultural, econômica e de gênero. As colônias psiquiátricas, que também foram chamadas de hospícios ou sanatórios, passaram a reunir, sem muito critério, alcóolatrás, homossexuais, mendigos, militantes políticos e outros (ARBEX, 2013, p. 25-26).

No desenrolar do século XX, hospitais psiquiátricos do Brasil contribuíram para que a ideia de internação estivesse ainda mais ligada à de abandono e descarte. Daniela Arbex (2013) em sua série de reportagens compiladas no livro “Holocausto Brasileiro. Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior Hospício do Brasil” apresenta as condições sub-humanas impostas aos internos do “Colônia”, como se chamava o Hospital em Barbacena, Minas Gerais. Abandono de famílias, internação aleatória sem critérios bem definidos (há exemplos de internos que foram levados ao hospital por timidez ou tristeza), muitas mortes e venda de cadáveres são só algumas das mazelas que a jornalista descreve depois de longo trabalho de pesquisa e entrevistas a internos que sobreviveram.

Os anos seguintes viram o tema continuar a carregar a sua bagagem histórica. Aquilo que Foucault (2010, p. 79) explica ser um objetivo da sociedade de anular tudo aquilo que lhe pode ser nocivo, perigoso ou diferente se consolida como formato de intervenção médica para tratamentos psiquiátricos até o final do século XX, quando começa a ganhar força no Brasil a luta antimanicomial. Esse movimento, que se consolida a partir do Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental, realizado em Bauru, São Paulo, em 1987, deu visibilidade às más condições sob as quais os doentes mentais estavam relegados em diversas instituições do Brasil. A pressão exercida sobre o Governo e a sociedade, tem feito com que, aos poucos, o modelo de internamento seja substituído por propostas de tratamento que envolvem a família e a comunidade à qual pertence o portador de transtornos mentais.

2.2. A Representação midiática e estigmatização

O estigma das doenças psiquiátricas, como resultado histórico do processo pelo qual passou o tema, é, apesar das mudanças mais recentes conquistadas pela força da luta antimanicomial, ainda uma ferida não cicatrizada do tecido social moderno expressa em diferentes manifestações culturais, inclusive na cobertura midiática. A mediação por meio da qual ocorre hoje boa parte das interações dos indivíduos com o mundo a sua volta ainda não se libertou totalmente do repertório coletivo acumulado ao longo de anos em torno dos transtornos mentais. Para Ribeiro (2015, p.45), é comum que os grandes meios de comunicação usem estereótipos da loucura e sobretudo a sua relação com a violência como representação do sofrimento mental. Amiúde, profissionais de saúde e as instituições de tratamento são a voz dominante do discurso midiático em situações nas quais a voz do sofredor mental seria essencial para evitar a confirmação de preconceitos do senso comum. Igualmente, em casos nos quais as opiniões de autoridades do assunto poderiam funcionar como estratégia de combate ao estigma, elas costumam ser negligenciadas.

Essa representação midiática das doenças mentais corrobora a exclusão do sofredor por contribuir com o ideário já sedimentado do grotesco, do absurdo ou do assustador, que, em nome de uma garantia de normatividade ou segurança sociais, precisa estar à parte, ou distante do tecido social “são”. No jornalismo, o caráter extraordinário que dá mais valor de noticiabilidade a uma história⁴, acaba por tornar-se fator de contribuição para que características como a violência e até mesmo o sobrenatural sejam mais comumente atreladas à maneira como o personagem do sofredor psíquico é representado. A evidência maior em determinados aspectos do comportamento do portador de transtorno mental, por sua vez, influencia no modo através do qual essas pessoas são percebidas.

À guisa de exemplo, em matéria publicada no jornal baiano, Correio, em 02/07/20⁵, noticia-se a detenção de um homem depois que ele retirou do túmulo o corpo da sua avó e dançou com ele na rua em Manaus. A reportagem, que tem como fonte apenas a polícia, usa expressões como “transtornos mentais” e “problemas psiquiátricos” como menções feitas por autoridades policiais envolvidas no caso sem, no entanto, explicar ou buscar informações em

⁴ Os critérios de noticiabilidade, ou “valores-notícia” são, para Nelson Traquina (2020, p. 46) referências claras usadas para definir a natureza e os objetos das notícias para facilitar a complexa e rápida elaboração das mesmas. Entre os valores-notícia descritos por ele, estão, o inesperado, a infração, o escândalo e a dramatização.

⁵ Link da matéria: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/homem-e-detido-apos-retirar-corpo-da-avo-de-tumulo-e-dancar-com-cadaver-na-rua/>

fontes especializadas quanto a que tipo de transtorno poderia estar atrelado ao comportamento. A família não foi ouvida e nenhum psiquiatra ou especialista em saúde mental foi entrevistado para contribuir com uma visão técnica que poderia fazer a situação ser vista além do preconceito e do estigma.

Termos médicos de definição de doenças psiquiátricas são também usados de maneira inapropriada por jornais, contribuindo com o senso comum e a desinformação. Ao analisar dezenas de notícias publicadas em jornais brasileiros, Guarniero, Bellinghini e Gattaz (2012, p.80) observaram que é comum um uso metafórico das palavras “esquizofrenia” ou “esquizofrênico”, no sentido de “absurdo”, “incoerente” e “contraditório” sobretudo nas colunas de política, economia e artes. Os portadores de esquizofrenia, dizem os autores “convivem diariamente com o duplo desafio de lutar contra os sintomas incapacitantes provocados pela sua condição e contra os efeitos injustos dos estereótipos e preconceitos criados ao seu redor”. O uso indevido da palavra reforça o estigma que é parte do sofrimento dos portadores da doença.

As obras de ficção também contribuem para a construção da imagem estigmatizada do portador de transtorno mental. Filmes, novelas e séries, tanto quanto os jornais, reforçam uma ligação da violência com as doenças mentais e legitimam a imagem do absurdo, do sub-humano e do estranho. Para Dutra e Monteiro:

Dentro da ficção, personagens que possuem algum tipo de transtorno psicológico são tratados apenas como entretenimento, tendo papéis violentos ou cômicos, por exemplo, ambos justificados pelas doenças; e representados como desprovidos de direitos, sem identidade social, ou seja, seus traços característicos se limitam ao transtorno que possuem e não são tidos como um indivíduo em si e socialmente funcional. (DUTRA; MONTEIRO, 2019, p.3)

Há ainda, em especial nas produções audiovisuais, uma tendência recente à romantização do personagem portador de transtorno psiquiátrico cuja “cura” é atrelada a um amor heroico que, na estória, consegue tirar a condição anormal imposta ao paciente pela doença. Nessas narrativas os tratamentos, medicações e a terapia são amiúde apresentados em segundo plano ou de maneira excessivamente cômica. Bons exemplos de obras que seguem essa tendência são “Se enlouquecer, não se apaixone” e “O lado bom da vida”.

Para Savoia (1989), citado por Dutra e Monteiro (2019), os meios de comunicação aparecem ao lado da família e da escola como agentes de socialização. É por meio dos agentes de socialização que, segundo as autoras, os indivíduos internalizam valores, comportamentos e uma visão de mundo que define como ele se relaciona com outros indivíduos. A importância

dos meios de comunicação na construção do processo de socialização e, conseqüentemente das representações é explicitada por Freire Filho (2005) na premissa de que a avaliação que os indivíduos fazem de si mesmos e dos outros está sob o influxo crescente de dos referenciais midiáticos. Essas ideias, junto às evidências de comportamento dos meios de comunicação frente ao tema dos Transtornos Mentais, corroboram noção de que o estigma é fomentado pelos media.

A importância da discussão em torno das representações dos transtornos mentais no imaginário coletivo está embasada na necessidade de considerar possibilidades de resignificação desse tema que, tendo passado por séculos de cristalização de um estigma no imaginário popular, agora fomentado pelos grandes meios de comunicação, ganha, nos dias atuais, maior relevância dadas as estatísticas que tem apresentado as doenças mentais na lista das mais incapacitantes do nosso século.

Em levantamento feito pela Secretaria da Previdência Social em 2017 das doenças que mais afastaram brasileiros dos seus postos de trabalho e que, por conta disso, tiveram maior representatividade entre as causas de concessão de benefícios de auxílio-doença pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), três transtornos mentais, os episódios depressivos, os transtornos ansiosos e o transtorno depressivo recorrente, se somados, assumem, em volume de casos, o primeiro lugar da lista de enfermidades que mais inabilitam trabalhadores no Brasil. A Organização Mundial de Saúde (OMS), além de apontar a depressão como a principal causa de incapacidade em todo o mundo, atingindo estimadamente, 300 milhões de pessoas, revela que outros transtornos mentais, como a esquizofrenia e a demência devem afetar mais de 70 milhões de indivíduos.

Os dados corroboram a ideia de que os transtornos mentais, bem como o seu crescimento nos últimos anos, tornaram-se, ainda mais hoje, um tema de grande importância para a sociedade. Repensar a representação do sofrimento mental e, sobretudo, garantir que haja cada vez mais informação de qualidade relacionada ao assunto, torna-se cada vez mais urgente, sobretudo em países pobres e emergentes onde, segundo a OMS, apenas 25% dos pacientes com transtorno mental recebem algum tipo de tratamento. Nesse sentido, os grandes meios de comunicação e, sobretudo a cobertura jornalística, ganham grande relevância como estratégias de combate ao estigma e suporte à comunidade.

O estigma fortemente associado aos transtornos mentais costuma ser um dos maiores impeditivos à busca de um tratamento qualificado (GUARNIERO; BELLINGHINI; GATTAZ,

2012 p.80). A baixa procura por tratamento, por sua vez, faz com que o poder público não tenha a visibilidade real da representatividade do problema na sociedade e isso, seguramente, interfere no orçamento que poderia ser destinado à criação de mais instituições e contratação de mais profissionais da área a fim de se conseguir um suporte cada vez maior ao indivíduo que sofre de um transtorno mental. Essa é mais uma razão da necessidade de se repensar a produção midiática em torno do tema. Contribuir com a redução do estigma pode significar mais tarde, além de mais inclusão social, mais acesso a tratamento de qualidade.

3. Os meios de Comunicação e Construção Social da Realidade

Em um livro de ficção publicado no início da década de 1970, o escritor estadunidense Jerzy Kosinski, explora, entre outras coisas, um tema que, com o tempo, tornou-se um dos principais interesses das ciências humanas: a capacidade dos grandes meios de comunicação de, não somente influenciar decisões, o consumo e o ponto de vista dos seus usuários, mas de contribuir com a própria noção de realidade e visão de mundo que eles têm. Em “O videota”, livro que, mais tarde inspirou o elogiado, mas não tão conhecido filme “Muito além do jardim”, Kosinski apresenta como personagem principal um jardineiro cuja vida inteira, ou pelo menos aquilo que consegue se lembrar dela, resume-se a cuidar do jardim da mansão na qual é empregado e assistir televisão. Todo o conhecimento do personagem, que é retratado como um indivíduo com limitações cognitivas, as suas falas, interações e opiniões são baseados no que ele absorveu de conteúdo na TV. A ironia do autor construída em torno da notoriedade que o personagem vai ganhando ao longo da trama, parece querer evidenciar, ou talvez denunciar, o quanto a sociedade moderna depende dos grandes meios de comunicação para estabelecer padrões de normatividade e criar a noção do real.

Entender as possibilidades de participação dos *media* na construção da visão de mundo dos seus usuários traz como premissa a ideia de que a realidade ou a noção do que é real é algo que, de fato, é construído socialmente, em vez de simplesmente espontaneamente apresentado. Para Peter L. Berger e Thomas Luckman, essa deve ser a principal preocupação da Sociologia do Conhecimento (2004). Apesar de entenderem a realidade como “fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa volição” (2004, p. 11), exploram a ideia de que o conceito de real é, além de construído, socialmente relativo:

O que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americano. O “conhecimento” do criminoso é diferente do “conhecimento” do criminalista. Segue-se que aglomerações específicas da “realidade” e do “conhecimento” referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses conceitos. (BERGER; LUCKMAN, 2004, p.13).

A realidade seria, portanto, ainda segundo os autores, o produto da interpretação humana, por meio de uma subjetividade dotada de sentido que dá coerência ao mundo e à vida cotidiana. Os seres humanos, diferenciando-se dos demais seres que compõem a natureza, tem como parte das suas características a criação do domínio cultural no plano das relações que mantém com o mundo. Através da cultura, o ser humano permanece inserido num sistema de convivência que se fundamenta na comunicação. A participação de dois sujeitos na ação de pôr em comum seus pensamentos é ativa para ambos, no sentido de que a produção de significados

não se dá somente na emissão. Ao descrever o processo educativo, Paulo Freire acaba por sublinhar o processo por meio do qual as pessoas dão sentido às coisas:

Comunicação (é) a co-participação dos sujeitos no ato de pensar... implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 2001, p.69).

Boa parte desse processo de construção de sentido trazido, de maneira breve, na descrição de Freire aplicada à educação e à comunicação, acontece, na modernidade, através das grandes instituições de comunicação de massa, que entremeiam as experiências coletivas e individuais e, na visão de Berger e Luckman (2004, p. 49) acabam tendo um “papel-chave” como direcionadoras da produção de sentido por oferecerem “interpretações típicas para problemas definidos como típicos”. A produção de outras instituições, ainda segundo os autores, é selecionada, organizada e transformada (empacotada, como chegam a sugerir) pelos meios de comunicação de massa para serem difundidas para a sociedade. Em outras palavras, os media, na condição de intermediadores de boa parte dos processos comunicacionais através dos quais os indivíduos interagem com a sociedade moderna, acabam por tornarem-se, na verdade, disseminadores de interpretações da realidade.

É proposital, portanto, e quase necessária a alusão a Paulo Freire, um estudioso da Educação, ao falar da construção social da realidade estabelecida por meio dos *media*. De uma maneira geral e bastante sintética, pode-se dizer que a educação se caracteriza, sobretudo, pelo desenvolvimento de faculdades físicas, morais ou intelectuais do ser humano (FREIRE, 2001). Embora não se tenha como objetivo deste trabalho, avançar pelas discussões em torno dos conceitos de Educação, acompanhar o raciocínio de Freire, aqui já sinteticamente trazido, tendo como premissa a ideia também já descrita de que os meios de comunicação disseminam visões de mundo, faz com que seja possível arrazoar que os processos comunicativos mediados na sociedade moderna são, também, educativos, na medida em que, por meio deles, os indivíduos constroem a realidade na qual eles mesmos estão inseridos.

A noção de realidade disseminada pelos grandes meios de comunicação passa antes pela criação das representações. Tendo como pressuposto a ideia de que a realidade é algo construído por meio dos processos comunicacionais, na maioria das vezes mediados por grandes instituições, as representações, pode-se dizer metaforicamente, são os tijolos dessa construção. Tal, como explica Denise Jodelet (1989), as representações acabam formando um sistema de interpretação que direciona as relações dos indivíduos com o mundo na medida em que atrelam

a percepção de pertencimento social à absorção dos modelos de pensamento e conduta transmitidos por meio da Comunicação.

As representações sociais seriam, então, forjadas por meio de gêneros e artefatos culturais que tanto podem reforçar conceitos já há muito estabelecidos, quanto promover novas ideias a respeito de temas já bem consolidados no senso comum e, por isso, se tornam uma das principais formas de legitimação de discursos, políticos, culturais, econômicos, científicos, ideológicos e outros. Por meio delas, sobretudo da sua propagação através dos media, os grupos e os indivíduos se veem (ou não) e estabelecem a noção daquilo que é conveniente em termos de personalidade, aparência e comportamento em geral, o que por sua vez contribui para a própria configuração do tecido social, incluindo as suas mazelas fomentadas pela exclusão de grupos estigmatizados. Tal como explica João Freire Filho:

Parte fundamental do processo social de constituição de sentido, as representações são organizadas e reguladas pelos diferentes discursos (legitimados, naturalizados, emergentes ou marginalizados) que circulam, colidem e articulam-se num determinado tempo e lugar. Logo, a construção (ou supressão) de significados, identificações, prazeres e conhecimentos – nos espaços e mercados midiáticos – envolve, necessariamente, a disputa pela hegemonia entre grupos sociais dominantes e subordinados, com consequências bastante concretas no tocante à distribuição de riquezas, prestígio e oportunidades de educação, emprego e participação na vida pública. (FREIRE FILHO, 2005, p. 21).

As definições de normalidade, ou do que é socialmente conveniente, como prefere chamar Freire Filho, chegam à subjetividade coletiva depois de serem disseminadas também pelos meios de comunicação. É assim, de maneira mediada, e muitas vezes a serviço de grupos hegemônicos, que o indivíduo moderno estabelece uma das principais maneiras de perceber o mundo à sua volta e construir a narrativa do seu papel nele, conhecendo o que é socialmente aceitável ou comum, sabendo o que deve e o que não deve ser evitado, posicionando-se quanto aos mais variados assuntos da vida cotidiana, desde a moda às artes, passando pela política, os relacionamentos interpessoais ou familiares e a religiosidade. Para Renato Ortiz:

A mídia e as corporações, sobretudo (transnacionais) têm um papel que supera a dimensão exclusivamente econômica. Elas se configuram em instâncias de socialização de uma determinada cultura, desempenhando as mesmas funções pedagógicas que a escola possuía no processo de construção nacional. Mídia e empresas são agentes da constituição da memória internacional-popular, ao fornecerem aos homens referências culturais para suas identidades. (ORTIZ, 2006, p. 144).

Consideradas as possibilidades de contribuição dos *media* na construção das representações sociais, é interessante, ainda, avaliar como o jornalismo enquanto atividade realizada através deles dá sua contribuição com a noção de realidade.

3.1. O campo jornalístico e sua contribuição na construção da realidade

Acompanhar as notícias através do que é publicado em veículos de comunicação impressos, radiofônicos, televisivos ou digitais é uma atividade cotidiana para uma esmagadora maioria de pessoas na modernidade. Saber o que está acontecendo, seja no bairro ou no mundo dá às pessoas insumos para que participem das conversas de grupo e se assegurem de que não estão perdendo informações relevantes, para suas vidas, carreiras profissionais e até mesmo decisões pessoais. As estórias contadas pelas notícias, matéria prima principal do jornalismo, geram fascínio seja pela alegria ou pela tragédia.

Contar estórias é uma atividade humana com raízes históricas profundas e é possível dizer que os jornalistas da atualidade assumem pelo menos uma parte desse papel, há muito desempenhado, dando continuidade à tradição de criar narrativas que tem como base, simplesmente, a vida e os seus acontecimentos. Para Muniz Sodré, “[...]o homem antigo narrava os acontecimentos essenciais à conexão das coisas que, em sua totalidade, constituíam o cosmos ou o mundo” (SODRÉ, 2009, p. 9). Citando o ex-jornalista Jack Lule, Nelson Traquina apresenta os acontecimentos do dia a dia como “[...]estórias eternas que ecoam narrativas mais antigas que, ao longo do tempo, criaram figuras míticas sob a forma de arquétipos como o herói, o vilão ou a vítima inocente” (TRAQUINA, 2020, p.15).

Partindo desse pano de fundo histórico, é possível encontrar manifestações jornalísticas, ou, pelo menos, atividades que em muito se assemelham ao jornalismo moderno, já na Europa do século XVI, tal como explica Josenildo Luiz Guerra (2003). Os *menanti* eram, na Itália, venezianos que, aproveitando-se de sua estratégica localização geográfica em um dos principais portos comerciais europeus, colocavam-se a serviço de comerciantes e príncipes, organizando notícias em correspondências manuscritas conhecidas como *avvisi*. Nesse mesmo país e período, surgem, ainda, as *gazettas*, que eram folhas impressas nas quais se “relatavam acontecimentos importantes como batalhas, festas, cerimônias fúnebres da nobreza e outros. Na França, os *canards* reuniam relatos de ocorrências extraordinárias, sobrenaturais, crimes ou catástrofes (GUERRA, 2003, p.2).

Contudo, “o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX”, conforme explica Nelson Traquina (2020, p. 25). Neste século ocorreu o que o autor chama de “vertiginosa expansão” dos jornais, que ganharam contornos ainda mais parecidos aos que conhecemos hoje. A produção que estava mais voltada à propaganda, ou à serviço de alguns grupos, como mencionado no parágrafo anterior, passou a ter um outro objetivo: fornecer informação em larga escala. É por meio dessa mudança de propósito que surgem os valores que, ainda nos nossos dias, estão diretamente ligados ao jornalismo e aos seus profissionais: a busca pela verdade, a independência, a objetividade, a noção de serviço ao público e, principalmente, a notícia. Cedo descobriu-se a vocação econômica dessa atividade. Jornais tornam-se grandes corporações que oferecem, como um novo produto, as notícias baseadas nos “fatos” e não em opiniões. Como detalha Traquina:

Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindica um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa – a informação como mercadoria, visível com o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século, aquilo que se chamou o “jornalismo amarelo” nos Estados Unidos. (TRAQUINA, 2020, p. 26).

Como atividade econômica já desempenhada em corporações o jornalismo passa a ser realizado segundo rotinas produtivas que seguem a uma lógica pré-determinada de caráter normativo. Enquanto produto, o jornal e o seu conteúdo passam a estar sob influência direta da própria rotina produtiva e isso passa a interferir diretamente na escolha das pautas e na formulação das matérias. Os *gatekeepers* (conceito inicialmente criado por Kurt Lewin, em 1947 e utilizado para denominar os processos de filtragem responsáveis pela seleção de conteúdo nos jornais) funcionam como filtros de informação que decidem e direcionam a prática da produção noticiosa, desde a busca e coleta dos dados à formatação do texto final (HOHLFELDT, MARTINO, FRANÇA, 2018). É desta forma que publicar ou não publicar passa a estar atrelado a circunstâncias como por exemplo o interesse do público do jornal, o espaço disponível nele e a possibilidade de apuração dos dados frente ao tempo de publicação. Mais do que essas condições claras, o processo de seleção também estaria atrelado a uma ideia bem disseminada, e no entanto não necessariamente verbalizada ou organizada entre os profissionais, daquilo que é informação considerada de interesse jornalístico.

O surgimento do profissional do jornalismo é, então, resultado da transformação da atividade e o seu produto, a notícia, em bens de serviço, que são partes da estrutura econômica. Os jornalistas, no entanto, não são necessariamente “meros empregados, trabalhadores numa

fábrica de notícias”, tal como explica Nelson Traquina. Para o autor, jornalistas desempenham uma atividade intelectual que, de maneira criativa, constrói o mundo em notícias mesmo enfrentando as restrições da “tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores, possivelmente do próprio dono da empresa” (TRAQUINA, 2020, p. 16). Enquanto protagonista do processo de produção de uma narrativa e, ao mesmo tempo, como parte da sociedade à qual se destina a notícia, o jornalista, de fato, faz uso da sua própria visão de mundo (que inclui suas experiências pessoais, e o repertório simbólico disseminado na cultura da qual faz parte) o que, por sua vez, influencia o produto final. Muniz Sodré assim descreve o processo de narração:

No empenho de conhecer um fato ou uma coisa, deles se faz inicialmente uma apreensão, ao mesmo tempo racional e sensível, condicionada tanto pela formação quanto pela posição social do indivíduo. Uma espécie de roupagem perceptiva e cognitiva cobre o objeto de conhecimento, não porque lhe seja uma aderência natural, mas em virtude do processo de mediação simbólica imprescindível ao ato de conhecer, que é, no limite, um jogo entre o homem e o mundo. Esse “pôr-se em jogo” (em latim, *in-ludo*, donde, *illusio*) é o mesmo que ilusão. (SODRÉ, 2009, p.9).

A seleção dos fatos que são transformados em notícias e o próprio processo de produção das mesmas sofrem, então, pressões e interferências diversas. “A lógica comercial faz ressaltar o aspecto sedutor da informação [...]”, conforme explica Giovandro Marcus Ferreira. Para o autor, “os jornais são levados a ‘construir’ realidades segundo a leitura que eles têm da relação de sedução com o público almejado” (FERREIRA, 2002, p. 3). É desta forma que o extraordinário ou excepcional passam a ser extraídos do cotidiano e transformados em notícia. A rotina de produção da notícia, com todas as suas nuances sociais e mercadológicas, incluindo-se nela o papel decisivo e já mencionado exercido pela contribuição intelectual do jornalista por meio de sua formação e vivências pessoais, se torna um agente determinante da produção jornalística. Para Hohlfeldt:

Considerar-se-ia, deste modo, *haver uma lógica específica dos meios de comunicação de massa*, que escapa aos ditames e interesses do receptor, que se expressam nas exigências de produção e expressão informacional, graças à criação de uma espécie de *atmosfera* e um conjunto de interexpectativas profissionais que predetermina o contexto de interpretação e valorização dos fatos. (HOHLFELDT, 2018, p. 206, grifo do autor).

Já no final do século XIX as influências que o processo de produção de notícias sofre ganhavam força e eram conhecidas. A título de exemplo do que já se sabia à época, em um livro de ficção publicado na França em 1885, cujo personagem principal é um alpinista social que se torna jornalista, Guy de Maupassant escreve o que alguns comentaristas de literatura sugerem ser uma crítica à imprensa e à relevância que ela passa a ganhar na sociedade da época. Em uma das cenas vividas pelo protagonista, recém contratado em um jornal de grande circulação, propõe-se que ele acompanhe um colega repórter, mais experiente, em uma cobertura

jornalística que tem como principal objetivo entrevistar um general chinês e um rajá indiano, ambos de passagem em Paris, questionando-lhes principalmente suas opiniões a respeito da Inglaterra e do seu sistema de colonização. Ao notar que a conversa longa com o colega mais experiente poderia atrasar o encontro com as duas personalidades a serem entrevistadas, o inexperiente repórter convida o colega a se apressar, ao que recebe a resposta:

“O senhor ainda é ingênuo! Então acha que é assim, que vou perguntar a esse chinês e a esse indiano o que pensam da Inglaterra? Como eu não soubesse melhor que eles o que devem pensar, para os leitores do La Vie Française. Já entrevistei 500 desses chineses, persas, hindus, chilenos, japoneses e outros. Todos respondem a mesma coisa. Só preciso apanhar novamente meu artigo sobre o último que veio e copiá-lo, palavra por palavra, o que muda é o retrato, seus nomes, seus títulos, suas idades, seus séquitos. Oh! Nisso não posso errar, senão serei arrasado pelo Figaro ou pelo Gaulois. Mas, em cinco minutos o porteiro do hotel Bristol e o do Continental me informarão sobre esse assunto. Iremos a pé até lá, fumando um charuto. Total: 100 soldos de transporte para cobrar ao jornal. Eis aí, meu caro, como se faz quando se tem prática” (MAUPASSANT, 2012, p. 59).

A despeito de ter sido escrito no final do século XIX e de ter um proposital exagero que dá à obra um tom sarcasticamente bem humorado, pode-se entender, de forma mais clara, por meio da criação ficcional de Maupassant, o quanto a rotina produtiva, a concorrência com os outros jornais e a visão de mundo do jornalista são decisivos para o conteúdo das notícias. Influenciada por todas essas pressões externas, a produção jornalística, porém nasceu e permanece com a premissa básica de ser o meio através do qual são passadas informações que correspondem aos fatos com veracidade e são relevantes às pessoas. Para Muniz Sodré (2009), essa posição faz parte de uma narrativa que a imprensa faz sobre si mesma “[...]como uma entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais” (SODRÉ, 2009, p. 12). A ideologia profissional da comunidade jornalística aponta a realidade como fundamento principal da atividade e essa ideia ganha correspondência na recepção uma vez que, ainda que de maneira não verbalizada, exista uma espécie de acordo por meio do qual as partes envolvidas nesse processo comunicativo, veículos de comunicação, jornalistas e receptores, concordam que o conteúdo publicado corresponda ao que, de fato, ocorreu na realidade. Tal como explica Nelson Traquina:

Existe um acordo tácito entre os que escolhem essa profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas. A transgressão da fronteira entre realidade e ficção é um dos maiores pecados da profissão de jornalista [...] (TRAQUINA, 2020, p.11).

Ainda explicando sobre a narrativa autoconfirmativa proferida pela imprensa, Muniz Sodré (2009) discorre que essas definições reforçam a ideia de que é papel do jornalismo

garantir representatividade aos indivíduos à sua palavra e aos seus pensamentos particulares como parte de uma estratégia que garante a liberdade civil através da expressão ou manifestação pública. Como uma das atividades produzidas nos grandes meios de comunicação, que, tal como já exposto neste trabalho, são partes importantes do processo de socialização na modernidade, o jornalismo é parte do mecanismo que promove, por meio da veiculação de determinadas lógicas e da articulação do público (por orientarem os indivíduos quanto ao que deve ser visto e contribuírem para uma regulação da visibilidade) o estabelecimento ou o fomento do pensamento dominante, tal como explicam Patrícia Silveira e Lidia Marôpo (2014).

O público consumidor de notícias, vasta maioria das pessoas nos nossos dias, através dos mais variados suportes e veículos de comunicação, encontra na produção jornalística aquilo que, por definição tácita, mas repetida tanto na subjetividade coletiva quanto no discurso ideológico que norteia a profissão, a realidade à sua volta. As notícias abrem janelas virtuais que permitem visualizar acontecimentos aos quais, fisicamente, não se teria acesso e contribuem para a orientação dos comportamentos. O que está publicado é aquilo que se precisa saber, ao passo que, o que não se narra nas notícias, não deve ter relevância social. A notícia ganha, portanto, papel fundamental na seleção dos conteúdos que mantêm a ordem social (SILVEIRA, MARÔPO, 2014). No entanto, para Silveira e Marôpo, embora dependa da prática jornalística, a construção da realidade não se resume a ela, dado que engloba, também, a circulação e o reconhecimento do conhecimento produzido nas notícias, que, por sua vez, tal como apresentam Muniz Sodré e Paulo Freire em enunciados já trazidos neste trabalho, envolve o processo ativo de apreensão de conteúdo, totalmente influenciado pela formação, experiências e situação dos receptores. Ainda segundo as autoras, porém, o jornalismo não está numa posição estática de reprodução das mesmas ideias em razão das limitações do processo de produção da notícia aqui descritas. A crítica ao modelo de produção e ao papel do jornalismo enquanto estrutura mediadora de informações funciona como mecanismo que promove a mudança, conforme explicam:

Ressalva-se que o papel de mediador do jornalismo é frequentemente criticado por reforçar a realidade dominante com recurso à padronização das narrativas e ao fortalecimento das tipificações. Por outro lado, este confronto crítico, por vezes, abre possibilidades de representação de realidades múltiplas. Quando acontece, permite-se a travessia entre o espaço do quotidiano, do senso comum, da atitude natural, para outros lugares de significado que exigem reflexão e capacidade crítica.” (SILVEIRA, MARÔPO, 2014, p.18).

Pode-se dizer, portanto, que o jornalismo, com suas características técnicas, profissionais e mercadológicas, desempenha papel decisivo na construção social da realidade,

não somente enquanto ratificador de padrões já estabelecidos, mas, também como ferramenta de atualização e ressignificação de modelos, conceitos e estruturas.

3.2. A narrativa jornalística na grande reportagem (*longform*)

Em 2009, enquanto entrevistava um psiquiatra como parte do trabalho para a escrita de uma das suas muitas matérias no jornal Tribuna de Minas, Daniela Arbex, uma repórter que já tinha, à época, 13 anos de profissão, recebeu, do médico que entrevistava, um material que a deixou num misto de choque com incredulidade. Tratava-se de um livro com fotos tiradas cerca de 50 anos antes por um fotógrafo da então célebre revista Cruzeiro de internos do maior hospital psiquiátrico do Brasil: o Colônia, em Barbacena, Minas Gerais. O motivo da perturbação ao ver as fotos foi assim descrito pela jornalista em uma entrevista cedida ao apresentador Antônio Abujamra no programa “Provocações”⁶: “Fiquei completamente impactada porque nenhuma daquelas imagens me remetia a um hospital e sim a um campo de concentração. E, muito mais do que isso, eu fiquei chocada pelo fato de minha geração não saber nada dessa estória”. A complexidade do tema, a quantidade de estórias relacionadas e a vontade de dar visibilidade àquilo que, na visão da jornalista, estava obscurecido pelo tempo e pelo esquecimento, a fizeram empreender uma profunda pesquisa sobre o hospital, seus internos e funcionários que acabou resultando numa grande reportagem publicada em série no jornal onde trabalhava. Mais tarde, a série de matérias ganhou ainda mais estórias e transformou-se num livro.

A escolha da jornalista sobre como contaria a estória do Colônia e dos seus personagens, uma grande reportagem, tem relação direta com pelo menos duas variáveis importantes. A primeira relaciona-se com o tema a ser apresentado e se evidencia na sua temporalidade, profundidade e relevância social, que exigiriam da repórter mais pesquisa, mais entrevistas, ou, em resumo, mais trabalho em campo. A segunda está mais relacionada ao veículo de comunicação onde as informações seriam publicadas, um jornal impresso mineiro. Uma estória que começava há, pelo menos, cinquenta anos, repleta de nuances, personagens diferentes e implicações sociais, tal como o estigma historicamente atribuído ao sofredor mental, não parece se encaixar no formato de produção ou de publicação de uma corriqueira notícia.

Ao traçar um percurso teórico-conceitual sobre a grande reportagem, José Augusto Mendes Lobato defende que “[...]quando os traços referenciais e a exposição linear são o

⁶ Entrevista acessada no Youtube em 09/11/2020 através do link: https://www.youtube.com/watch?v=62TfRKIPr_4

principal foco, estamos diante da notícia [...] Já nos momentos em que o esforço interpretativo e contextual são enfatizados em detrimento da transmissão pura de dados, caracteriza-se a reportagem [...]” (LOBATO, 2016, p. 72). Ou seja, a reportagem seria, então, uma ampliação do processo narrativo noticioso por meio da contextualização: tempo, lugares, personagens e causas são amplificados em suas visões históricas e apresentados num formato mais detalhado e livre que o da notícia. Enquanto a notícia, por sofrer as pressões em torno de sua produção, já mencionadas neste trabalho, assume um formato pré-definido e com poucas variações, a reportagem permite ao jornalista um passeio mais livre por outros estilos de escrita (que, muitas vezes, assemelham-se mais às características das produções literárias). Para Muniz Sodré, enquanto a notícia oferece ao leitor uma espécie de fotografia do fato, a reportagem seria um pequeno filme. Recuperando a semântica da palavra, o autor explica: “[...] um fluxo narrativo que se pode chamar de reportagem, palavra derivada do latim *reportare* com a implicação semântica de levar alguém (no caso, o leitor) novamente à cena de um acontecimento” (SODRÉ, 2009, p. 171).

Analisando o conceito de grande reportagem e os olhares acadêmicos já lançados sobre esse tipo de produção jornalística, Lobato consegue definir e listar cinco traços ou características essenciais desse formato, tendo como base os seus vários aspectos: a ampliação espaço-temporal, a construção dramática, o reforço da enunciação e da autoria, a singularização do fato por meio dos personagens e das histórias de vida e o uso de técnicas de ficcionalização (LOBATO, 2016). No entanto, por mais que sejam evidentes as diferenças entre a notícia e a reportagem, tanto em seu processo produtivo quanto em seu formato de publicação, há, tal como pontua o autor, elementos que são compartilhados por ambas, a saber, “a verossimilhança, a marcação social do fato e a construção do acontecimento segundo critérios de objetividade” (LOBATO, 2016, p. 75). As divergências entre os formatos acontecem não porque a reportagem seja um contraponto à notícia, mas sim devido à potencialização da mesma em termos de narratividade. Para Cremilda Medina:

Enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato – a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato. (MEDINA, 1988, p. 134).

Seguindo a analogia usada por Sodré, que usa a fotografia e o cinema para dar ideia das dimensões que a notícia e a reportagem assumem entre as narrativas jornalísticas, podemos entender que esta última pode ser um recurso a ser usado como maneira de dar maior

movimento à narrativa factual e técnica da notícia. É esse movimento narrativo que, ao se deslocar entre os detalhes que a cobertura noticiosa deixa passar, transporta o receptor pelo acontecimento, apresentando desdobramentos do contexto social, histórico, emocional e geográfico. Se, tal como já sugeriu este trabalho, podemos comparar as notícias a janelas que permitem a visualização de acontecimentos, as reportagens poderiam ser, então, comparadas a portas, por meio das quais o receptor pode, por assim dizer, passear pelos fatos que lhe são apresentados.

Com o avanço tecnológico e maior acesso da população à internet, desde o final do século XX, as narrativas jornalísticas se reconfiguram para se adequar a novos suportes de transmissão e circulação dos textos. A internet passou a fazer parte das vidas de milhões de pessoas em todo o mundo como uma espécie de novo espaço público que tem como uma de suas características a simultaneidade do real e do virtual, da informação e do contexto de interação (SILVA, 2001). Inicialmente resumida a um aparato tecnológico que suportava trocas de informações básicas, a Internet foi se transformando, sobretudo no início do século XXI, em uma espécie de lugar de convívio e trocas simbólicas, no qual as pessoas passaram a viver, entre outras coisas, dualidades como as expressadas nos conceitos de público e privado, local e global, ou produção e consumo de conhecimento. Para Lídia Oliveira Silva:

Este novo espaço com áreas de privacidade – um novo mundo virtual ou mundo mediatizado – é um suporte aos processos cognitivos, sociais e afetivos, os quais efetuam a transmutação da rede de tecnologia eletrônica e telecomunicações em espaço social povoado por seres que (re)constroem as suas identidades e os seus laços sociais nesse novo contexto comunicacional. Geram uma teia de novas sociabilidades que suscitam novos valores. (SILVA, 2001, p. 151).

A internet, portanto, junta-se aos demais *media* como bases para a socialização tornando-se uma das maneiras através das quais os indivíduos modernos, como já apresentado neste trabalho, estabelecem conexões com o mundo e constroem a realidade à sua volta. Em relação aos demais suportes de comunicação, a internet viabiliza mais facilidade para a troca de conhecimentos e para a construção coletiva de sentido (SILVA, 2001), dada a possibilidade maior de interatividade, muitas vezes imediata, entre emissores e receptores de conteúdo. O novo espaço antropológico formado pela internet deixa à disposição dos indivíduos, um volume crescente de ideias, com as quais eles podem gerar identificação sob o efeito de uma “seletividade da informação na cognição individual e social” (SILVA, 2001, p. 151). Esse novo lugar de trocas simbólicas tem, ainda, como característica uma nova e singular gramática que surge em razão da possibilidade de junção das linguagens do audiovisual, da informática e das telecomunicações e que, por sua vez, permite a configuração da hipermídia que, segundo José

Afonso da Silva Junior, é “a modalidade surgida da convergência entre as características do hipertexto e da multimídia” (SILVA JUNIOR, 2001, p.132).

Através, desse veículo de comunicação, que é, ao mesmo tempo, espaço antropológico, o jornalismo vem usando os recursos tecnológicos que surgem e são disseminados em velocidades cada vez maiores, tanto como fonte de informações quanto como meio através do qual, depois de organizadas em formatos jornalísticos, elas serão publicadas. A internet, enquanto lugar de trocas simbólicas, é espaço onde há muito do conteúdo que contribui para a formação do jornalista e de sua visão de mundo (desde artigos acadêmicos ao trabalho de outros jornalistas), é, também, além do suporte para publicação do resultado final do seu trabalho (em sites, blogs, plataformas de *streaming*, *podcasts*, redes sociais e outros), espaço onde realiza executa partes importantes da sua atividade profissional: faz pesquisas, busca informações, realiza entrevistas.

Não é nesse sentido, porém, que a Internet se torna singular enquanto fomentadora de mudanças para a atividade jornalística. Outras evoluções tecnológicas também incentivaram grandes alterações no formato, na periodicidade e no meio profissional jornalístico, tal como explica João Canavilhas (2006), ao citar como exemplos a grande expansão da imprensa americana que ocorreu paralelamente ao aumento da malha ferroviária que, entre outras coisas, fez com que os jornais aumentassem a sua área de influência e, conseqüentemente, o seu público alvo, e o surgimento da pirâmide invertida como formato padrão do texto noticioso atrelado às limitações da tecnologia em vigor no início da segunda metade do século XIX, o telégrafo, que obrigava jornalistas a iniciarem seus textos com as informações mais importantes a fim de evitar as comuns perdas de dados por conta dos problemas técnicos desse meio de comunicação, que também era alvo de ataques na Guerra da Secessão estadunidense.

Para Concha Edo (2007), a singularidade da narrativa jornalística em meio digital está mais relacionada a outros dois aspectos: a fragmentação da audiência que faz com que os meios de comunicação possam se dirigir a grupos cada vez menores e específicos, tornando o texto mais personalizado, enquanto que, até então, o discurso era direcionado a uma massa de indivíduos um tanto indefinidos; e uma característica composta que dá ao jornalismo digital uma constituição diferente do que até então tem sido feito e que o autor chama de “novo modelo”, tal como explica:

Nos encontramos com um modelo de jornalismo que, sem perder o melhor de uma profissão que escreveu páginas memoráveis, tem que contar com o fato de que a informação digital é interativa, pois permite a participação direta e imediata; é

personalizada, porque torna possível a seleção ativa dos conteúdos; é documentada, graças ao hipertexto e aos links; está atualizada porque as notícias são publicadas enquanto são produzidas e, com isso, muda-se o conceito de periodicidade; integra todos os formatos jornalísticos – texto, áudio, vídeo, gráficos, fotos – em um só meio que é multimídia; pode-se aplicar os processos que se executam em um computador, e requer uma nova concepção do design que vai muito mais além da estética e deve, sobretudo, facilitar ao leitor a navegação” (EDO, 2007, p.7. Tradução nossa⁷).

Esse novo modelo, porém, carrega os interesses comerciais já instaurados na prática jornalística das grandes corporações desde o século XIX. O aspecto da sedução do receptor e da necessidade de prender a sua atenção como forma de estabelecer um vínculo não só com o texto, mas com o veículo, assim como influenciaram os primórdios da atividade no modelo que conhecemos hoje, também intervêm nos conceitos e formatos do jornalismo digital moderno assim que ele surge. É desta maneira que se consolida um estilo preocupado com a permanência do leitor, com a sua disposição em dar continuidade à leitura. O jornalismo online passa a se habituar a formatos de notícia fragmentados, com textos curtos, links, linguagem hipertextual e hipermediática (LONGHI; WINQUES, 2015).

Mais recentemente, porém, matérias mais longas têm ocupado lugar de importância nas páginas da internet. Empresas jornalísticas que nasceram no meio digital e até mesmo grandes veículos que se tornaram referência ainda enquanto suporte impresso, a exemplo do The Guardian e o The New York Times, passaram a explorar o *longform* como uma das suas principais opções de texto jornalístico, inclusive sem necessariamente usar de recursos multimídia. Segundo Raquel Longhi e Kérley Winques (2015), outros veículos foram seguindo a tendência de ampliarem as suas narrativas na internet e há, inclusive, exemplos brasileiros como o da Folha de São Paulo. As autoras definem o *longform* em meios digitais como grande reportagem multimídia, um gênero específico do jornalismo online que tem como precedente a grande reportagem do impresso.

Ao empreender uma pesquisa na Universidade da Beira Interior, em Portugal, Canavilhas (2006) desejava investigar as possibilidades de leitura e a aceitação de textos longos em meio digital. Para isso preparou uma reportagem com dez páginas web ligadas através de links embutidos no texto e a apresentou a 39 alunos da universidade com a orientação de que a

⁷ Nos encontramos con un modelo de periodismo que, sin perder lo mejor de una profesión que ha escrito páginas memorables, tiene que contar con que la información digital es interactiva, pues permite la participación directa e inmediata; es personalizada, porque hace posible la selección activa de los contenidos; es documentada, gracias al hipertexto y a los enlaces; está actualizada porque las noticias se publican en cuanto se producen y se cambia el concepto de periodicidad; integra todos los formatos periodísticos – texto, audio, vídeo, gráficos, fotos – en un solo medio que es multimedia; puede aplicar los procesos que se ejecutan en un ordenador, y requiere una nueva concepción del diseño que va mucho más allá de la estética y debe, sobre todo, facilitar al lector la navegación.

lessem como costumavam ler, sem dar-lhes um tempo limite para conclusão da leitura. Os resultados permitiram, não só que o autor confirmasse a viabilidade do *longform* em meio digital como também propusesse uma nova técnica de escrita jornalística, em substituição à consagrada pirâmide invertida (que se manteve como formato jornalístico até os nossos dias, muito depois do fim do telégrafo): trata-se da pirâmide deitada (CANAVILHAS, 2006). Para o autor, enquanto que, no meio impresso, o jornalista dá grande importância à dimensão do texto, condicionada ao espaço físico para publicação, no digital, o foco deve ser dado à estrutura da notícia, uma vez que o espaço é potencialmente ilimitado.

Ainda segundo Canavilhas, enquanto na pirâmide invertida jornalistas optam por organizar o conteúdo de forma a trazer para o início do texto as informações que ele julga serem mais relevantes, no caso do suporte digital é preciso entender que cada leitor seguirá o seu próprio caminho de leitura, navegando por aquilo que lhe chama mais atenção. A sua experiência na Universidade da Beira Interior confirmou que, entre os 39 estudantes que se submeteram à pesquisa, houve percursos de leitura distintos. Essa é inclusive a base do argumento do autor de que, na reportagem digital, é necessário que as matérias apareçam em camadas, tal como numa pirâmide deitada, cujo topo à esquerda, tem uma unidade base de informação à qual se acrescentam camadas maiores de conteúdo, a saber, de explicação, contextualização e exploração, através das quais o leitor pode navegar sem ordem específica (CANAVILHAS, 2006).

Além de pesquisas como essa, a viabilidade do *longform* no jornalismo online é comprovada por experiências bem sucedidas que ganharam notoriedade mundial, a exemplo da grande reportagem multimídia publicada pelo The New York Times em 2012, *Snow Fall*⁸, que descreveu uma avalanche de neve em Washington e teve quase três milhões de visitas nos primeiros seis dias de publicação. Para Longhi e Winques (2015), o jornalismo online é um terreno fértil para o texto *longform* se estabelecer no momento atual, tal como explicam:

“O contexto atual mostra um mercado em expansão para esse tipo de narrativa, seja como modelo de negócio e estratégias profissionais, como demonstram sites e aplicativos específicos dedicados ao formato, seja no próprio fazer jornalístico diário, como se tem observado em grandes jornais de referência na internet.” (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 124).

Com a praticabilidade do *longform* amparada tanto pelo conhecimento engendrado em ambiente acadêmico quanto pela produção jornalística comercial, podemos concluir que esse

⁸ <https://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html#/?part=tunnel-creek>

formato de reportagem pode ser explorado, em diferentes formatos, para abordagens mais aprofundadas de determinado tema, situação ou mesmo para ampliar o conhecimento em torno de notícias publicadas em formato mais curto, assim como proposto nesta pesquisa. As possibilidades que a internet traz com respeito ao design, à apresentação do conteúdo são inúmeras e, também, abrem margem para que o estilo seja adaptável e se adeque a públicos e temáticas.

4. Grande reportagem sobre transtornos mentais: processo de produção

Tendo como premissas o já comentado fato de que, no jornalismo, a natureza extraordinária de um acontecimento lhe atribui valor de noticiabilidade e a noção de que isso se configura como um fator de influência para que a produção de notícias sobre pessoas com transtorno mental, na maioria das vezes, ocorra quando a história em questão tem relação direta com a violência, o insólito, e até mesmo o sobrenatural; acrescendo-se a isso a ideia aqui já trazida de que o jornalismo é fator de contribuição significativa na construção social da realidade e na orientação dos comportamentos, pode-se chegar à conclusão de que, no que diz respeito ao estigma que os transtornos mentais carregam historicamente, a criação noticiosa pode se tornar um fator-chave para atribuir novos contornos à representação do sofridor psíquico no imaginário coletivo tendo como efeito colateral a redução do preconceito que costuma ser entrave à busca por ajuda médico-psicológica especializada.

Nesse sentido ao posicionar os transtornos mentais em narrativas, uma preocupação precisa nortear um trabalho jornalístico que esteja empenhado em fornecer insumos para o combate ao estigma social que impõe exclusão e ainda mais sofrimento aos portadores. A necessidade de dar evidência à voz da pessoa que, de fato, é a mais impactada pelo problema: aquela que vive o sofrimento mental. Não se trata, contudo, de fazer da produção noticiosa uma tentativa exclusiva de compensação social não alinhada aos interesses comerciais aqui já descritos de grandes empresas do ramo da comunicação de massa. Dar eco à voz do sofridor mental, além de oportunizar a possibilidade de rompimento de estereótipos há muito cristalizados na sociedade também pode ter potencial mercadológico. Para Cremilda Medina:

Pesa para o leitor de uma narrativa o grau de identificação com os anônimos e suas histórias de vida. De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano. (MEDINA; 2003, p. 52).

O fato de os transtornos mentais serem parte dos assuntos sobre os quais se debruçam as ciências da saúde, que, por sua vez, assumem a função de autoridade no que diz respeito às definições dos conceitos e aos métodos de tratamento, não faz com que o jornalismo precise assumir unicamente a posição de mediador ou mesmo tradutor da linguagem científica como maneira de disseminar conhecimento sobre o assunto ou, ainda, noticiar eventuais acontecimentos relacionados a ele. Tal como já se abordou nesse trabalho, as concepções médicas a respeito das patologias psíquicas tiveram também, em diversos momentos da história, um papel de grande influência na solidificação do estigma que alcançou os nossos dias. Esse é, sem dúvida, mais um motivador para se fazer ver e ouvir o sofridor mental. Segundo Medina

(2003), no encontro dos saberes humanos existe uma troca de significados que abalam a relação hierárquica entre saber científico e saber comum. Para ela, “a narrativa do autor-mediador virtualmente tem a possibilidade complexa e democrática de tecer as múltiplas vozes (polifonia) e os múltiplos significados (polissemia)” (MEDINA; 2003, p.56).

Uma grande reportagem que põe em evidência as vozes de portadores de transtornos mentais que contam o desenrolar das suas vidas passando pelo momento em que receberam o diagnóstico e acompanhando o surgimento e a superação de dificuldades, problemas e limitações, aproxima o leitor da problemática e ajuda a desconstruir ideias que estão associadas ao personagem do indivíduo com um sofrimento mental socialmente construído. Constitui uma forma de mostrar que, tal como acontece com outras patologias, o diagnóstico de transtorno mental não significa uma condenação ao afastamento social, à inaptidão, ao silêncio e à desorganização mental e emocional. Pode, ainda, ser uma maneira de estimular à busca por ajuda e por tratamento especializado, dado que, como já se disse, o preconceito é um dos principais motivos para que não se procure por suporte psiquiátrico ou psicológico, quando necessário.

Tendo esses pontos como alicerce, esse memorial descreve o processo de desenvolvimento e produção da grande reportagem “Insanamente normal - Histórias de vida de pessoas com transtornos mentais”, publicada no site www.transtornar.com.br, criado especialmente para veiculação da reportagem. O relato e reflexão sobre essa etapa do Trabalho de Conclusão de Curso são descritos em seguida em duas partes: produção da reportagem e produção do site.

4.1. A produção da reportagem

Uma busca não muito extensa, em um dos jornais baianos, do que foi publicado em relação a transtornos mentais ao longo de 2020 traz um mosaico interessante. Entre as cerca de 15 ocorrências do tema, destacam-se um texto do arcebispo de Salvador e primaz do Brasil sobre saúde mental na pandemia, uma matéria sobre síndrome de borderline, motivada pelo comportamento de uma participante do reality show “A Fazenda” na rede Record de televisão, uma notícia, aqui já mencionada, sobre um homem que desenterrou o cadáver da avó e dançou com ele em frente ao cemitério, em Manaus e uma reportagem sobre a onda de aumento de casos de transtornos mentais em razão do isolamento social. De todos os casos, apenas um traz as falas de pessoas que sofrem de transtornos mentais. A reportagem, que aborda a crise na

saúde mental como efeito da pandemia de coronavírus⁹, ouvi 4 portadores de transtornos mentais que descrevem o início dos seus sintomas e como estão lidando com eles durante o isolamento social, além de 11 outras fontes, entre psicólogos, psiquiatras, organizações e autoridades. Esse padrão, que confirma o que essa pesquisa já apontava, deu ainda mais força à ideia de que essa reportagem deveria se concentrar no que dizem os próprios portadores de transtornos mentais. A reportagem ganhou forma: seria produzida em texto, com suporte de imagens e vídeos, links para conteúdos externos e com foco na fala do sofredor psíquico, esse sendo a fonte principal da narrativa, em vez de a família ou os médicos.

Como primeira etapa da apuração, o levantamento de fontes para contar suas histórias de vida para a reportagem começou em Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS, entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Nesses locais, tentou-se fazer contato com usuários do sistema de saúde mental que estivessem dispostos a contar as suas histórias. Algumas dificuldades se impuseram a esse objetivo já no início. A primeira delas, está atrelada à pandemia de coronavírus. O isolamento social fez com que pessoas que buscam os CAPS com frequência, seja para o seu tratamento psiquiátrico ou psicológico regular, seja para as atividades sociais que o dispositivo oferece, não estivessem lá. A segunda é de ordem mais burocrática. Funcionários dos CAPS, embora dispostos e interessados em contribuir com a reportagem, exigiram um pedido de autorização, por parte do repórter, à Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. Essa, por sua vez, deu longa lista de exigências para que uma liberação fosse cedida. Com ela, além dos CAPS, se conseguiria acesso a hospitais psiquiátricos da rede municipal. Não bastasse a complexidade do processo, algo ainda atrapalhava a empreitada jornalística: o prazo para a análise do pedido e autorização para início do trabalho. Com tempo de produção pequeno, foi necessário recorrer a outras possibilidades para encontrar personagens.

As mídias sociais são excelentes maneiras de se localizar pessoas. Seja por nome, por tema, por afiliações ou local de trabalho. São, ainda, grande fonte de informação sobre a vida, a personalidade e os interesses das pessoas. Adicione-se a isso o fato de que milhares de empresas e organizações não governamentais criaram perfis em redes sociais a fim de se aproximarem mais dos seus funcionários, clientes, fornecedores e usuários. Todos passam a ser seguidores. Baseando-se nisso, uma pesquisa foi feita no Instagram, no Facebook, no Twitter e no Youtube. Termos como “transtornos mentais”, “psicofobia”, “luta antimanicomial”,

⁹ <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-quarta-onda-da-pandemia-como-a-saude-mental-virou-outra-crise-do-coronavirus/>

“bipolaridade” e outros levaram a vários perfis de pessoas e organizações. Uma breve mensagem explicativa foi criada e enviada a todas as pessoas e grupos de apoio na Bahia que possuem perfis nas redes sociais e apresentavam associação direta aos temas de saúde mental. Às pessoas, a mensagem explicava sobre a natureza da reportagem, de como ela seria publicada e fazia um convite para uma entrevista. Às organizações, além da contextualização do trabalho, a mensagem pedia indicações de pessoas que pudessem ser entrevistadas.

O que parecia ser solução para as intempéries surgidas pela burocracia e pela ausência de pacientes nos CAPS e nos hospitais visitados presencialmente, de início, mostrou-se sem resultados. Mesmo uma semana depois de enviadas, as mensagens não tinham retornos positivos. Em alguns casos, várias perguntas sobre a reportagem eram feitas ante do prospectivo personagem desaparecer e não responder a mais nenhuma das mensagens. Em outros casos, apenas a ausência de respostas. O silêncio foi se transformando em desespero. É possível que a dificuldade em encontrar personagens dispostos a dividir a sua história esteja atrelada ao estigma já tantas vezes aqui mencionado que o tema carrega. Considerou-se a possibilidade de não realização do trabalho no primeiro semestre de 2021, em razão das dificuldades que surgiam, ou até buscar entrevistados que moram em outros estados brasileiros.

O mesmo processo de envio de mensagens particulares por meio das redes sociais foi iniciado, dessa vez, direcionado a pessoas e grupos também de outros estados. No exercício de encontrar pessoas que estivessem dispostas a falar sobre o seu problema, as buscas foram concentradas em canais no Youtube. Em meio a centenas de psicólogos e psiquiatras que abordam os transtornos mentais em vídeos dessa rede social, alguns portadores surgiram produzindo conteúdo sobre as suas vivências. Duas delas responderam ao pedido da reportagem para cederem uma entrevista. A primeira acabou desistindo pois desejava que a entrevista fosse em vídeo e publicada exclusivamente no seu próprio canal. A segunda, aceitou ser a primeira entrevistada da reportagem. Marcela Moraes, portadora de transtorno bipolar, estudante de Letras em São Luiz, Maranhão. A entrevistada aceitou contribuir com imagens suas e autorizou a divulgação do seu conteúdo na reportagem.

No decorrer dos dias seguintes algumas das organizações que antes não tinham respondido às mensagens se comunicaram. Algumas indicações de nomes de pessoas que poderiam ter interesse em ceder entrevistas foram feitas. O trabalho de apuração e levantamento de fontes ganhou ritmo mais acelerado sobretudo porque duas das personagens surgiram em concomitância. Atrizes do grupo de teatro “Os Insênicos”, um dos perfis aos quais foram

direcionadas mensagens, Anderly e Helisleide foram, respectivamente, a segunda e a terceira entrevistada para a reportagem.

À medida que as entrevistas foram realizadas, os textos eram redigidos e revisados. Uma pesquisa de conteúdo e apuração documental acontecia em paralelo. Nesse ínterim, uma questão surgiu: como deveriam ser descritos os transtornos mentais mencionados pelos personagens? Chegou-se, inicialmente, à conclusão de criar um glossário, que se basearia nas definições do Código Internacional de Doenças (CID) ou em publicações feitas por psiquiatras. A ideia, no entanto, não foi mantida por uma questão ética: pesquisas apontam que o autodiagnóstico tem sido cada vez mais comum e costuma ser feito com base no que se encontra de informação sobre as doenças na internet. No caso dos transtornos mentais, isso representa um perigo ainda maior, dado que os diagnósticos são imprecisos e se sobrepõem e o uso indevido de medicações pode comprometer e atrasar os efeitos de um tratamento correto. Nesse sentido, em vez de um glossário, decidiu-se que os termos que fizessem alusão a diagnósticos em transtornos mentais seriam links para uma mensagem de alerta contra o autodiagnóstico.

Por indicação de Helisleide, uma das personagens entrevistadas, a reportagem chegou a Eduardo Cáliga. Poeta, portador de esquizofrenia, que acumula, entre outros títulos, o de presidente da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental da Bahia (AMEA), se tornou o quarto entrevistado. Depois dele, a costureira Aline Marques cedeu a quinta entrevista depois da indicação de uma psicóloga contatada pela reportagem.

Embora não tivesse esse objetivo, a reportagem, a esse ponto, já tinha exemplos de histórias com variações de diferentes transtornos mentais. Esquizofrenia, transtorno bipolar, depressão pós-parto, surto, entre outros. A possibilidade de se debruçar sobre as doenças, suas características, número de portadores e opiniões de especialistas surgiu em diversos momentos. Tal como já dito neste trabalho, o jornalista faz uso da sua própria visão de mundo (que inclui suas experiências pessoais, e o repertório simbólico disseminado na cultura da qual faz parte) ao criar um produto jornalístico. O hábito recorrente de jornalistas darem primazia a opiniões e vozes de especialistas em saúde mental funcionou como pano de fundo direcionando a reportagem para um outro caminho. A pesquisa e o projeto feitos antes foram, portanto, fundamentais para que o resultado atendesse ao formato e ao objetivo pré-definidos. A contribuição de familiares, amigos e pessoas próximas aos entrevistados, no entanto, enriqueceria o processo e daria mais amplitude à narrativa. Os entrevistados, porém, recusaram-

se a ceder contatos de pessoas do seu círculo e desejaram ser a fonte exclusiva para contar sobre sua experiência com transtornos mentais.

Embora a voz de profissionais de saúde não fosse o foco da reportagem, foi decidido que elas deveriam aparecer, uma vez que tem relação direta com as situações vividas e narradas pelos personagens. Partindo disso, a reportagem fez esforço para entrevistar um psicólogo e um psiquiatra. Deane de Jesus, psicóloga, apresentou-se com facilidade à possibilidade de ser entrevistada. Conseguir entrevistar um psiquiatra, no entanto, foi uma tarefa que exigiu mais tempo e esforço. Depois de várias indicações malsucedidas, um psiquiatra aceitou ser entrevistado. O material que resultou da conversa com ele foi produzido em formato diferente dos demais.

Como tentativa de passear em diferentes estilos de texto jornalístico, a entrevista com o psiquiatra foi redigida em formato *ping-pong*. Já as conversas com os portadores de transtornos mentais transformaram-se em reportagens sobre as suas histórias de vida. Do encontro com a psicóloga foi redigido um texto mais informativo, com explicações sobre redução de danos a desmedicalização da vida, ambas mencionadas por ela. Por fim, um texto em formato de crônica sobre espaços onde hoje é fornecido tratamento a sofredores psíquicos.

À medida que as entrevistas aconteciam e os textos ficavam prontos, um ponto em comum surgiu entre eles. Os entrevistados faziam menções aos espaços onde receberam tratamento como partes importantes da narrativa, tanto de maneira positiva quanto negativa. Os hospitais e CAPS tinham importância fundamental nas histórias. Dessa forma, surgiu a vontade de produzir um texto que mostrasse uma visão desses lugares. Como eles são fisicamente, que impressão eles passam e o que essa impressão pode nos dizer quanto à forma com que hoje os transtornos mentais são tratados. A fim de manter a impressão o mais próxima possível da que teria um possível paciente que buscasse atendimento em um dos locais visitados, a reportagem foi até eles de maneira anônima, buscando informações, tal qual uma pessoa interessada nos serviços que oferecem. O formato do texto sofreu variações, mas, ao final, decidiu-se por uma narrativa em formato de crônica com as impressões do repórter sobre os lugares.

Ao final, textos escritos, editados e revisados, a tarefa da escolha do título da grande reportagem tinha como pano de fundo a necessidade de, ao mesmo tempo, englobar as diferentes histórias em seu ponto comum mais importante e, além disso, reforçar a mensagem principal: a de que pessoas com transtornos mentais, com a ajuda necessária, podem levar uma vida ativa e funcional, não precisam e nem devem ser excluídas e tem vidas e problemas

parecidos aos do resto da população. Nesse sentido, o título escolhido foi “Insanamente normal – As histórias de vidas de quem tem transtornos mentais”. O uso metafórico da expressão “insanamente normal” propõe um jogo linguístico com as possibilidades de sentido que as palavras “insano” e “normal” tem. De maneira sutil, o título quer propor a reflexão: quão insana você acha que é a vida daqueles que julgamos ser insanos?

4.2. A produção do site

A princípio, era necessário pensar na estrutura. Como reportagens estariam dispostas a fim de garantir certa autonomia entre elas, mas gerar efeito de uma narrativa completa, de que maneira iriam estar linkadas, como a navegação entre os textos aconteceria. Para essa tomada de decisão, avaliou-se algumas grandes reportagens¹⁰ que também foram publicadas em sites exclusivos. O resultado dessa avaliação inspirou o formato do site. Tal como um livro, ele teria capítulos, elencados em um menu. Ao final de cada história, um link convidaria a dar sequência ao capítulo seguinte. O leitor, porém, pode navegar no menu escolhendo o capítulo que desejar.

Entre os construtores de site disponíveis na internet, decidiu-se usar o Wix, em razão da facilidade de manuseio e da variedade de temas e formatos disponíveis. O site conta, ainda, com conteúdo relacionado a Design e usabilidade, que ajudam a tomar decisões em relação às configurações que serão usadas. No artigo “Psicologia e design: como usar cores para provocar emoções”, o Wix explica como as cores tem sido usadas em sites ao redor do mundo, que sensações elas costumam despertar e que características o leitor costuma, à primeira vista, atribuir ao conteúdo simplesmente pela associação com a cor escolhida para o site. Segundo esse artigo, os adjetivos mais associados à cor preta são “clássico, elegante, poderoso e imponente”. Em comparação aos adjetivos listados em associação às demais cores, julgou-se que a cor preta teria mais relação com o conteúdo. O modelo escolhido do site tem um pano de fundo que lembra papel levemente amassado. Uma referência sutil a livros, jornais e outros suportes físicos de leitura.

Uma preocupação adicional, também relacionada à estética, foi a escolha da fonte. Dado o fundo negro, ela precisaria proporcionar uma leitura confortável, tanto em desktops quanto em dispositivos menores como tablets e smartphones. Tentativas foram feitas com diferentes fontes: “Times New Roman”, “Arial”, “Lucida”, “Helvetica”, entre outras. A melhor

¹⁰ <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/crack/>
<https://g1.globo.com/economia/trabalho-escravo-2014/platb/>

experiência para os dois formatos foi com a fonte “Enriqueta”. A experiência de leitura e as associações que os futuros leitores farão com as cores, os modelos e a disposição do conteúdo são de grande importância e, nem de longe, são preocupações supérfluas. Para Monclar Valverde, existem padrões culturais da recepção estética. Isso influencia a produção de sentido. Tal como explica:

A experiência da recepção não se reduz à esfera dos atos individuais de um receptor singular; é preciso considerar a dimensão social da experiência estética...O sentido, na vida como na arte, não é uma coisa nem um conteúdo que se decifra e que já está incrustado nas coisas ou nas obras. Mas também não é apenas esse movimento de construção que se reduz à atividade de um sujeito autônomo. Ele é, antes de tudo, o fruto de um movimento intersubjetivo de atualização simbólica que reitera uma partilha social prévia. (VALVERDE; 2007, p.143).

Além do modelo e das fontes, era necessário pensar nas imagens que iriam ilustrar a reportagem. A maior parte dos entrevistados concordou em ceder fotografias do próprio acervo para serem incluídas nos textos, dada a dificuldade de se produzir um material fotográfico especialmente para a grande reportagem durante o contexto de pandemia de coronavírus. No caso das entrevistadas Marcela e Helisleide, havia também conteúdo em vídeo disponível na internet que ambas autorizaram a usar. Para os demais textos, bancos de imagens gratuitos da internet foram usados como fonte para imagens que transmitem parte da ideia que os textos expressam. Esse recurso foi especialmente útil nos textos de personagens que optaram por não ceder imagens do seu acervo. Inicialmente, considerou-se a possibilidade de um ilustrador elaborar imagens exclusivas para o site. No entanto, com a maioria das pessoas aceitando ceder imagens, isso não foi necessário.

A escolha do domínio do site levou em consideração alguns pontos. Em primeiro lugar, a disponibilidade do domínio. Em segundo, a relação dele com o tema central das reportagens, a saber, as vidas de pessoas com transtornos mentais. Em terceiro, a facilidade de localização do conteúdo através do ranking em sites de buscas, como o Google. Essa estratégia é fundamental para garantir que o conteúdo do site esteja, de fato, disponível e à vista da maior quantidade possível de leitores. Diante do exposto, para finalizar, o nome do site foi pensado buscando construir sentido através da ressignificação do verbo transtornar: o sufixo trans, que significa além de, para além de, em troca de, ao través, para trás, através assume, junto ao verbo tornar, a ideia de "tornar-se para além de". Algo que referencia a ideia original da reportagem, de contribuir para que a representação do portador de transtorno mental esteja além do estereótipo. O domínio escolhido foi www.transtornar.com.br. Uma contextualização sobre a escolha dele foi incluída no site.

5. Considerações finais

Este trabalho partiu de algumas inquietações que conduziram todo o processo de pesquisa teórica e metodológica, bem como de desenvolvimento do produto: é possível, por meio do jornalismo, especialmente por meio da grande reportagem, contrapor o estigma historicamente atribuído aos transtornos mentais e contribuir com a disponibilização de conhecimento sobre o tema, em linguagem acessível e que desperte o interesse? E, ainda, no decorrer do percurso em busca dessa resposta, encontrar possíveis soluções para outra dúvida atrelada à essa questão principal, a saber, na prática, qual a melhor maneira de jornalistas lidarem com o tema?

Todo o percurso realizado durante a realização da grande reportagem “Insanamente normal - Histórias de vida de pessoas com transtornos mentais” nos leva a responder à primeira questão com uma afirmativa categórica. Sim. É possível, para o jornalismo, produzir conteúdo que confronta, dissecar, expõe e combate o estigma dos transtornos mentais. As considerações com respeito à influência da produção noticiosa e dos demais produtos culturais disseminados por meio dos meios de comunicação de massa na construção social da realidade ratificam essa resposta positiva. Já as informações trazidas em relação às possibilidades do *longform* no jornalismo online contribuem para dar base à viabilidade, tanto técnica, quanto comercial, de disponibilizar conteúdo extenso no meio digital.

Para responder à segunda pergunta, é necessário recorrer ao que se diz a respeito do papel do profissional de jornalismo na construção das notícias. Tal como esse trabalho apresentou, o contexto sociocultural, a história de vida e a personalidade do autor são direcionadores na construção textual. Desta forma, para que o jornalista interaja com temas que estão historicamente associados a estigmas sociais, é necessário empreender uma pesquisa, tal como se fez aqui, e pensar em estratégias para que o preconceito não seja reforçado. Uma delas é a de dar eco à voz das partes socialmente prejudicadas.

Tal como explica Medina (1988), a notícia se limita ao aqui e ao já, e a reportagem expande essas fronteiras para possibilidades mais atemporais e menos presentes. Nesse sentido, esta pesquisa permitiu, ainda como a autora esclarece, um levantamento dos antecedentes do tema que permitiu que o produto jornalístico produzido, em vez de se limitar ao recorte de um acontecimento, pudesse conduzir o leitor a um quadro interpretativo do assunto.

Conclui-se, portanto, que o presente trabalho teve sucesso em produzir insumos que, além de permitirem que as questões iniciais fossem respondidas, forneceram bases sólidas para o direcionamento de uma grande reportagem sobre transtornos mentais. Ao passo que, nos grandes meios de comunicação, a produção jornalística tem feito dos profissionais e organizações de saúde e das instituições de tratamento mental as vozes dominantes dos seus produtos noticiosos, a reportagem produzida a partir desta pesquisa teve êxito em dar destaque às experiências de pessoas com transtornos mentais tendo elas mesmas como as principais fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASSIS, Machado. **O alienista**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BERGER, Peter L. ; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BYRNE, Peter. Psychiatric stigma: past, passing and to come. **Journal of the Royal Society of Medicine**, Londres, 1997, num. 90, pp. 618-621. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1296672/>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**. Beira Interior - Covilhã, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/listas/tematica.php?codtema=94>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DUTRA, Ana Cláudia Monteiro; MONTEIRO, Maria Carolina Maia. A glamourização de transtornos psicológicos na mídia. In: **Intercom**, nº 21, 2019, São Luís. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0560-1.pdf>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

EDO, Concha. El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã, 2007.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. **Revista de Jornalismo**, Salvador, nº 4, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10e9ed3c0813f211b749c803f9c7dc73.PDF>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

FERREIRA, Marcela dos Santos; CARVALHO, Maria Cecília de Araújo. Estigma associado ao transtorno mental: uma breve reflexão sobre suas consequências. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, Caçador, 2017, vol. 6 num. 2; pp. 192-201. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/issue/view/64>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, 2005, núm. 28, pp.18-29. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550184002>. Data de consulta 25 de abril de 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUARNIEIRO, Francisco Bevilacqua; BELLINGHINI, Ruth Helena; GATTAZ, Wagner Farid. O estigma da esquizofrenia na mídia: um levantamento de notícias publicadas em veículos brasileiros de grande circulação. **Revista de psiquiatria clínica**, 2012, vol.39, n.3,

pp.80-84. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-60832012000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

GUERRA, Josenildo Luiz. O nascimento do jornalismo moderno: Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. *In: Congresso anual em ciência da comunicação*. nº 26, 2013. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/167629680582323974316910221745759002955.pdf>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

HOHLFELDT, Antônio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. *In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2018.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: D. Jodelet (Ed.) Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

KOSINSKY, Jerzy. **O videota**. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 13 núm. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n2p66>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online: qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, 2015, vol. 11, núm. 1, pp. 110-127. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693/0>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

MAUPASSANT, Guy de. **Bel-ami**. São Paulo: Landmark, 2012.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, Bruna Vanessa Dantas. **Saúde mental, cidadania e televisão: representações da loucura no programa “A Liga”**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5165>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

ROCHA, Fábio Lopes; HARA, Cláudia; PAPROCKI, Jorge. Doença mental e estigma. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2015, num. 25, pp. 590-596. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1876>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

SANTOS, Maria Eduarda Vaz Moniz dos. Ciência como cultura – Paradigmas e implicações epistemológicas na educação científica escolar. **Revista Química Nova**, São Paulo, 2009, vol. 32, núm. 2, pp. 530-537. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422009000200043. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

SAVOIA, Mariangela Gentil. *Psicologia Social*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989 *apud* DUTRA, Ana Cláudia Monteiro; MONTEIRO, Maria Carolina Maia. A glamorização de transtornos psicológicos na mídia. *In: Intercom*, nº 21, 2019, São Luís. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0560-1.pdf>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

SILVA JUNIOR, José Afonso da. Do hipertexto ao algo mais: Usos e abusos do conceito de hipermídia pelo jornalismo online. *In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. Janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SILVA, Lídia Oliveira. A internet – A geração de um novo espaço antropológico. *In: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. Janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SILVEIRA, Lia Carneiro; BRAGA, Violante Augusta Batista. **Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental**. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, 2005, vol. 13, núm. 4, pp. 591-595. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692005000400019. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

SILVEIRA, Patrícia; MARÔPO, Lidia. Jornalismo e construção social da realidade: um contributo para o debate teórico. **Revista Comunicando**, Lisboa, 2014, num. 3, pp. 7-19. Disponível em: <https://revistas.sopcom.pt/index.php/comunicando/issue/view/8>. Data da consulta: 25 de abril de 2021.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TOLEDO, Luciano Medeiros de; SABROZA, Paulo Chagastelles. **O que são transtornos mentais? Noções básicas**. Rio de Janeiro: América Gráfica e Editora, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

VALVERDE, Monclar. **Estética da comunicação** – sentido, forma e valor nas cenas da cultura. Salvador: Quarteto, 2007.